

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Primo Menegalli Junior, Diretor Administrativo, e Henrique de Souza Bernadinho na qualidade de contador responsável pela contabilidade da Menegalli Administradora de Consórcio Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 76.853.043/0001-81, com sede na Avenida Engenheiro Mesquita, nº 105, bairro Centro, município de Araranguá, Estado de Santa Catarina, , veem pela presente, apresentar as demonstrações financeiras referente ao 2º semestre de 2024, divulgadas no site <https://consorciomenegalli.com.br/demonstracoes-financeiras>, cumprindo desta forma determinação dos incisos I ao V do artigo 4º da Circular 3.964 de 2019 editada pelo Banco Central do Brasil listadas a seguir:

Demonstrações Financeiras:

- *Balanco Patrimonial;*
- *Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;*
- *Demonstração de Resultado;*
- *Demonstração Consolidada das Variações das Disponibilidades de Grupos;*
- *Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio;*
- *Demonstração dos Fluxos de Caixa;*
- *Demonstração do Resultado Abrangente.*

Diretor Administrativo
 Contador CRC: SC-037282/O-7

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO

Primo Menegalli Junior, na qualidade de administrador, da Menegalli Administradora de Consórcio Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 76.853.043/0001-81, com sede na Avenida Engenheiro Mesquita, nº 105, bairro Centro, município de Araranguá, Estado de Santa Catarina, através da presente DECLARA que as informações contidas nos documentos de demonstrações financeiras remetidas pelo Documento 9010 são verídicas para todos os fins de direito, cumprindo assim o inciso V do artigo 4º da Circular 3.964 de 2019 do Banco Central do Brasil. Por ser declaração da verdade, firmam a presente.

Primo Menegalli Junior

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício encerrado em 31.12.2024, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. A Menegalli Administradora de Consórcios Ltda., tem como objetivo administrar grupos de consórcios, principalmente de automóveis, motocicletas e bens móveis, oportunizando a aquisição de bens e até mesmo a construção ou reforma de imóvel residencial ou comercial.

Em 31.12.2024 a empresa administrava 28 grupos de consórcios com uma base de clientes ativos de 3.716 consorciados, sendo que, no segundo semestre de 2024, totalizou 2.175 bens entregues. No período, apresentou lucro líquido de R\$ 183.739,00, registrando uma redução de R\$ 100.323,00 ou de 35,32% a menos em relação ao primeiro semestre de 2024, as receitas de prestação de serviços de consórcio totalizaram no segundo semestre de 2024 R\$ 2.584.026,00.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇO PATRIMONIAL em 31/12/2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo e Patrimônio líquido	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	2.200.946	4.762.520	Circulante			
Impostos a Recuperar	05	35.780	61.059	Obrigações Fiscais e Previdenciárias	09	149.403	128.640
Pagamentos a Ressarcir	06	3.825.917	762.837	Provisões para Pagamentos a Efetuar	10	1.459.816	1.491.956
Outros Créditos	07	34.286	34.038	Total do Passivo Circulante		1.609.219	1.620.596
Despesas do Exercício Seguinte		906	1.121				
Total do Ativo Circulante		6.097.835	5.621.575	Não circulante			
Realizável a Longo Prazo				Recursos a Receber de Cobrança Judicial			
Valores a Receber de Cobrança Judicial				Obrigações tributárias			
Imobilizado	08	733.031	752.867	Total do Passivo Não Circulante			
Total do Ativo Não Circulante		733.031	752.867	Patrimônio Líquido			
				Capital Social	11	1.969.000	1.969.000
				Reservas de Capital		745	745
				Lucros Acumulados		3.251.902	2.784.101
TOTAL DO ATIVO		6.830.866	6.374.442	Total do Patrimônio Líquido		5.221.647	4.753.846
				TOTAL PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		6.830.866	6.374.442

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO em 31/12/2024 (Em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2022	1.969.000	745		2.166.577	4.136.322
Resultado do Exercício				617.524	617.524
Em 31 de dezembro de 2023	1.969.000	745		2.784.101	4.753.846
Resultado do Exercício				467.801	467.801
Constituição de reserva legal			9.187	(9.187)	
Em 31 de dezembro de 2024	1.969.000	745	9.187	3.242.715	5.221.647
Em 30 de junho de 2024	1.969.000	745		3.068.163	5.037.908
Resultado do Semestre				183.739	183.739
Constituição de reserva legal			9.187	(9.187)	
Em 31 de dezembro de 2024	1.969.000	745	9.187	3.242.715	5.221.647

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO em 31/12/2024 (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2º Semestre 2024</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas de Intermediação Financeira		304.787	645.579	772.564
Resultado de Operações com Títulos e Valores Imobiliários	12	304.787	645.579	772.564
Resultado Bruto de Intermediação Financeira		304.787	645.579	772.564
Outras Receitas/Despesas Operacionais		48.810	216.976	277.641
Receitas de Prestação de Serviços	12	2.584.026	4.908.105	4.167.370
Despesas Administrativas		(1.490.275)	(2.658.742)	(2.395.566)
Despesas de Pessoal		(790.669)	(1.521.394)	(1.360.259)
Outras Despesas Administrativas				
Despesas Tributárias		(453.103)	(866.848)	(780.177)
Outras Receitas Operacionais	12	198.831	355.855	646.273
Resultado Operacional		353.597	862.555	1.050.205
Resultado Antes da Tributação Sobre Lucro		353.597	862.555	1.050.205
Imposto de Renda e Contribuição Social	05	(169.858)	(394.754)	(432.681)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre/Exercício		183.739	467.801	617.524
Número de Cotas		1.969.000	1.969.000	1.969.000
Lucro/Prejuízo líquido por Quota		0,09	0,24	0,31

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS em 31/12/2024 (Em milhares de reais)

	<u>2º Semestre 31/12/2024</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>		<u>2º Semestre 31/12/2024</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Disponibilidade no Início	6.658.715	6.619.686	10.727.386	(-) Recursos Utilizados	(16.413.841)	(32.661.714)	(33.586.611)
Disponibilidades	63.037	151.397	95.264	Aquisição de Bens	(13.159.545)	(26.090.873)	(22.285.236)
Aplicações Financeiras grupo	1.527.824	1.838.972	6.623.511	Taxa de Administração	(2.173.656)	(4.376.096)	(4.017.204)
Aplic. Fin. Vinc. Contemplação	5.067.854	4.629.317	4.008.611	Multas e Juros moratórios	(42.732)	(84.413)	(107.988)
				Prêmio de Seguros Pagos	(173.406)	(360.960)	(409.328)
(+) Recursos Coletados	15.912.093	32.198.995	29.478.911	Custas Judiciais			
Contr. para Aquisição de Bens	13.103.730	26.304.635	23.685.359	Devolução de Consorciados Desligados	(272.441)	(974.330)	(6.605.692)
Taxa de Administração	2.163.120	4.364.208	4.001.902	Outros	(592.061)	(775.042)	(161.163)
Contr. Fundo de Reserva	52.000	94.329	56.571				
Rend. Aplicações Financeiras	189.739	406.034	683.743	Disponibilidades no Final do Período	6.156.967	6.156.967	6.619.686
Multas e Juros moratórios	84.949	168.617	218.326	Disponibilidades	34.894	34.894	151.397
Prêmio de Seguro	175.549	360.698	400.167	Aplic. Financeiras do grupo	1.156.727	1.156.727	1.838.972
Custas Judiciais		189	115	Aplic. Fin Vinc. Contemplação	4.965.346	4.965.346	4.629.317
Reemb. Despesas de Registro							
Outros	143.006	500.285	432.728				

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO em 31/12/2024 (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2024	30/06/2024	31/12/2023	Passivo	31/12/2024	30/06/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	34.894	63.037	151.397	Obrigações Com Consorciados	17.539.516	17.331.937	17.401.306
Aplicações Financeiras	6.122.073	6.595.678	6.468.288	Valores A Repassar	154.253	710.241	754.356
Direitos Junto a Cons. Contemplados - Normais	17.375.960	16.744.716	16.111.247	Obrigações por Contemplações a Entregar	4.965.346	5.066.547	4.628.590
Direitos Junto a Cons. Contemplados - Em Atraso	530.558	726.877	740.142	Obrigações com Administradora	57.000	435.000	
Direitos Junto a Cons. Contem - Em Cobr. Judicial	518.438	7.456.072	7.702.917	Recursos a Devolver a Consorciados Ativos	2.783	5.114	6.783
Total do Ativo Circulante	24.581.923	31.586.380	31.173.991	Ativos - Pelo Rateio			
Compensação				Recur. a Devolver a Consorciados Desligados	972.359	5.309.236	5.640.603
Prev. Mensal de Rec. a Receber de Consorciados	1.633.417	1.548.071	1.550.595	Recursos do Grupo	890.666	2.728.304	2.487.353
Contribuições Devidas ao Grupo	67.626.218	70.016.816	68.924.501	Total do Passivo Circulante	24.581.923	31.586.379	31.173.991
Consorticiados - Bens a Contemplar	66.439.204	62.184.443	61.571.555	Compensação			
Total Compensação	135.698.839	133.749.330	132.046.651	Recursos Mensais a Receber de Consorciados	1.633.417	1.548.071	1.550.595
Total do Ativo	160.280.762	165.335.710	163.220.642	Obrigações do Grupo por Contribuições	67.626.218	70.016.817	68.924.501
				Bens ou Serviços a Contemplar	66.439.204	62.184.443	61.571.555
				Total Compensação	135.698.839	133.749.331	132.046.651
				Total do Passivo	160.280.762	165.335.710	163.220.642

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA em 31/12/2024 (Em milhares de reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2º Semestre 2024	2024	2023
a) Resultado Líquido Ajustado	191.009	489.530	647.823
Lucro (Prejuízo) Líquido Do Período/Exercício	183.739	467.801	617.524
Depreciação	7.270	21.729	30.299
b) (Acréscimo) Decréscimo Do Ativo	(2.880.721)	(3.037.834)	(187.459)
Outros Créditos	(26.275)	(248)	8.304
Impostos a Recuperar	(19.209)	25.279	(8.380)
Pagamentos a Ressarcir	(2.834.706)	(3.063.080)	(187.150)
Despesas do Exercício Seguinte	(531)	215	(233)
Valores a Receber de Cobrança Judicial			
c) Acréscimo (Décrécimo) Do Passivo	(69.517)	(11.377)	(187.728)
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	(14.201)	20.763	24.460
Provisão Para Pagamentos a Efetuar	(55.316)	(32.140)	(212.188)
Recursos a Receber de Cobrança Judicial			
Obrigações Tributárias Diferidas			
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(2.759.229)	(2.559.681)	272.636
Fluxo de Caixa Das Atividades de Investimentos			
Aquisição de Ativos Imobilizados	3.709	(1.893)	(30.663)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos	3.709	(1.893)	(30.663)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Distribuição de Lucros			
Caixa Líquido Usado Nas Atividades de Financiamentos			
Aumento (Diminuição) Líquido de Caixa e Equivalentes	(2.755.520)	(2.561.574)	241.973
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.956.466	4.762.520	4.520.547
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.200.946	2.200.946	4.762.520

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE em 31/12/2024 (Em milhares de reais)

	<u>2º Semestre 2024</u>	<u>1º Semestre 2024</u>	<u>1º Semestre 2023</u>
Resultado Líquido do Exercício	183.739	467.801	617.524
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	183.739	467.801	617.524

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS**

A Menegalli Administradora de Consórcios LTDA., com sede em Araranguá/SC, iniciou suas atividades em 1983 e tem por objeto a formação e administração de grupos de consórcios em geral, obedecendo aos preceitos legais. Os recursos recebidos dos grupos de consórcios são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais que é a moeda principal das operações e ambiente em que a Instituição atua, e representam a sua posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2024, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2024, as mutações do seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data.

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**a) Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como a Resolução BCB nº 2 de 12 agosto de 2020, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as alterações estabelecidas pela carta circular BACEN nº 3.624/13.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 10 de fevereiro de 2025.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Menegalli Consórcios. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em Reais (R\$).

c) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros**(I) Normas a serem aplicadas em períodos futuros**

Resolução BCB n.º 178, de 19 de janeiro de 2022. A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica.

O CPC 06 (R2) abandona a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento. A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo. A Resolução BCB n.º 178/2022 entra em vigor em 01.01.2025.

A Menegalli Consórcios iniciou a avaliação dos impactos da adoção do novo normativo, os quais serão concluídos até a data de sua vigência.

Resolução BCB n.º 352 de 23 de novembro 2023: Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades corretoras de câmbio, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidência de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Revoga as Resoluções nº 219 de 30/03/2022 e nº 309 de 28/03/2023. Esta Resolução entra em vigor: em 1º de janeiro de 2024, em relação ao art. 24, 100, 101 e aos incisos X e XI do art. 107. Em 1º de janeiro de 2027, em relação ao Capítulo IV do Título II e em 1º de janeiro de 2025, em relação aos demais dispositivos

A Menegalli Consórcios iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 01.01.2025, os quais serão objeto de divulgação específica nas notas explicativas às demonstrações contábeis do Exercício/2024, conforme requerido pelo art. 108 dessa Resolução.

Resolução BCB n.º 234 de 27 de junho 2022. A Resolução dispõe sobre a constituição e o funcionamento das administradoras de consórcio e que as administradoras que forem constituídas sob a forma de sociedade limitada devem prever em seu contrato social a observância supletiva da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, nos termos do parágrafo único do art. 1.053 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), inclusive no que diz respeito à retenção de lucros e à constituição, à reversão e à utilização de reservas.

A Menegalli Consórcios iniciou a avaliação dos impactos da adoção do novo normativo.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOADAS

3.1 Da Administradora

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Receita de taxa de administração

Conforme item 9 do CPC 47, o processo de reconhecimento da receita se inicia com a identificação do contrato, sendo que a entidade deve contabilizar os seus efeitos somente quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- (i) as partes aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- (ii) a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- (iii) a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- (iv) o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e,
- (v) for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido.

O reconhecimento pode variar em função da avaliação da possibilidade de não recebimento da contraprestação, que deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor quando devido. Nesse sentido, a contraprestação destas cotas será reconhecida como receita quando do seu efetivo recebimento, devido à incerteza de sua realização financeira.

A obrigação de desempenho da Menegalli é cumprida com a prestação de serviços relacionados à formação, organização e administração dos grupos de consórcio até o seu encerramento. Em consonância com as características intrínsecas do produto a maior parte dos pagamentos realizados pelos clientes ocorrem dentro da competência.

O valor da receita reflete a contrapartida que se espera ter direito em troca da transferência de serviços para o cliente. O preço da transação é definido contratualmente como um percentual do valor do bem de referência e não está sujeito a reduções.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo inicial de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor aplicado, acrescido, dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

f) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição e a depreciação é reconhecida pelo método linear com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo equipamentos de informática e veículos - 20% e móveis, utensílios e instalações - 10%, nos termos da Resolução BCB Nº 6, de 12 de agosto de 2020.

g) Avaliação do valor recuperável de ativos

Conforme Resolução BCB Nº 120, de 27 de julho de 2021, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis e estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A Administradora não teve nenhum ativo sujeito à perda do seu valor recuperável.

h) Passivos Circulante e Não Circulante

Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base “*pro-rata die*”.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$20.000 mensais (R\$240.000 para o ano). A contribuição social é calculada pela alíquota de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias utilizando-se as alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

j) Eventos subsequentes

De acordo com a Resolução BCB Nº 2, de 12 de agosto de 2020, que dispõe sobre a contabilização e divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem às demonstrações financeiras, conforme estabelecido no pronunciamento técnico CPC 24, não foram identificados eventos subsequentes que necessitem ser divulgados nessas demonstrações financeiras.

3.2 Dos Grupos de Consórcio

a) Disponibilidades

Representa os recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao saldo de caixa de grupo, por ocasião das assembleias, não incluindo a taxa de administração sobre os mesmos.

b) Direito junto a consorciados contemplados

Representa os recursos a receber dos consorciados já contemplados (Fundo Comum e Fundo de Reserva), incluídos os direitos em atraso e em cobrança judicial, conforme estabelece a IN BCB nº 282 de 27/04/2022.

Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Refere-se à previsão dos recebimentos de contribuições de consorciados (Fundo Comum e Fundo de Reserva). O montante foi calculado com base no preço vigente do bem em 31 de dezembro de 2024.

d) Contribuições devidas ao grupo

Referem-se às contribuições (Fundo Comum e Fundo de Reserva) devidas pelos consorciados ativos até o encerramento do grupo.

e) Obrigações com consorciados

Representam os valores registrados como obrigações junto aos consorciados devendo ser mantidos controles individualizados, conforme estabelece a IN BCB nº 282 de 27/04/2022.

f) Valores a repassar

Registra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.

g) Obrigações por contemplações a entregar

Registra os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração.

h) Recursos a devolver a consorciados

Registra o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável.

i) Recursos dos grupos

Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos.

j) Obrigações do grupo por contribuições

Representam todas as contribuições devidas pelos consorciados ativos até o final do grupo, a título de fundo comum e de fundo de reserva, conforme estabelece a IN BCB nº 282 de 27/04/2022.

k) Valor dos bens ou serviços a contemplar

Representam valor total dos bens ou serviços a entregar em assembleias futuras, incluídas suas atualizações, até o final do grupo, conforme estabelece a IN BCB nº 282 de 27/04/2022.

3.3 Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupo

a) Recursos coletados

Representam recursos coletados dos grupos dos grupos de consórcios e os rendimentos financeiros decorrentes. O valor mensal da contribuição para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos calculado com base em: Valor do bem adquirido, taxa de administração, fundo de reserva e seguros.

Estes valores são apurados conforme o percentual de pagamento mensal estabelecido de acordo com o prazo de apuração dos grupos. O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo, conforme previsão contratual. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

b) Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos para: entrega do bem, repasse de taxa de administração, repasse de prêmio de seguro, devoluções e distribuição de valores remanescentes do fundo de reserva.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os recursos utilizados para gestão de caixa da companhia estão alocados em caixa, depósitos bancários à vista e em fundo de investimento.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa	2.681	559
Depósitos bancários à vista	62.571	2.973
Aplicações Fundos de Investimentos	2.135.694	4.758.988
Total	2.200.946	4.762.520

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		
Para negociação	2.135.694	4.758.988
Total	2.135.694	4.758.988

a) Títulos e valores mobiliários - Para negociação

Fundo de Investimento Renda Fixa LP	2.135.694	3.404.774
Fundo de Investimento RF DI VIP	-	1.354.214
	<u>2.135.694</u>	<u>4.758.988</u>

A remuneração das aplicações teve rendimento médio de 10,37% a 11,27% ao ano.

A partir de janeiro de 2022, os recursos dos grupos encerrados contabilmente passaram a ser contabilizados em contas de compensação, de acordo com a Resolução BCB nº 156/2021.

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 05 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Ativo	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IRRF	35.780	61.059
Total	35.780	61.059

2° Semestre

Resultado do Exercício	2024	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ Corrente	(122.248)	(284.436)	(311.795)
CSLL Corrente	(47.610)	(110.318)	(120.886)
Total	(169.858)	(394.754)	(432.681)

NOTA 06 - PAGAMENTOS A RESSARCIR

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Grupos (a)	3.825.917	762.837
Total	3.825.917	762.837

Os pagamentos a ressarcir referem-se às seguintes operações:

- a) O montante de R\$ 3.825.917 (R\$ 762.837 em 2023) refere-se a valores de empréstimos realizados pela Administradora aos grupos de consórcio encerrados. Destina-se a viabilizar a devolução dos valores a consorciados desistentes ou excluídos. O ressarcimento dos recursos à Administradora é efetuado por ocasião da disponibilidade de caixa nos grupos (devolução) e mediante recuperação dos valores via cobrança judicial.

NOTA 07 - OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos de Salários	34.286	28.456
Serviços Prestados a Receber	-	5.582
Total	34.286	34.038

NOTA 08 – IMOBILIZADO

	Taxa Anual de	Custo	Depreciação	Valor Residual	
	Depreciação	Corrigido	Acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Terrenos	-	400.000	-	400.000	400.000
Edificações	4%	352.000	(88.281)	263.719	277.797
Móveis e Equipamentos de uso	10%	346.035	(296.642)	49.393	53.718
Sistema de Processamento Dados	20%	51.587	(31.668)	19.919	21.352
Sistema de Transporte	20%	39.590	(39.590)	-	-
Total		1.189.212	(456.181)	733.031	752.867

NOTA 09 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão CSLL	6.123	5.518
PIS	6.380	5.029
COFINS	29.801	23.782
ISS	22.893	17.364
Impostos e Contribuições s/ Salários	83.408	76.189
Outros	798	758
Total	149.403	128.640

NOTA 10 - PROVISÕES PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

	31/12/2024	31/12/2023
Recursos Não Procurados	1.266.842	1.344.787
Provisão de Férias	166.039	134.003
Credores Diversos	26.935	13.166
Total	1.459.816	1.491.956

NOTA 11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**11.1 – Capital Social**

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 1.969.000 dividido em 1.969.000 quotas no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

Sócios	Quotas	Em Reais R\$
Primo Menegalli	1.949.313	1.949.313
Primo Menegalli Junior	19.687	19.687
Total	1.969.000	1.969.000

11.2 – Reserva Legal

Conforme Resolução 234 de 27/07/2022 a empresa realizou a destinação de 5% do lucro do semestre para fins de reserva legal. Esta não deverá ultrapassar o limite de 20% do capital social.

NOTA 12 - RECEITAS**2º Semestre**

	2024	2024	2023
Rendimento Títulos de Renda Fixa	304.788	645.581	772.564
Taxa de Administração	2.584.026	4.908.105	4.167.370
Serviços Prestados	60.731	115.180	177.167
Recuperação Encargos e Despesas	137.200	238.014	464.135
Outros	899	2.659	4.971
Total	3.087.644	5.909.539	5.586.207

NOTA 13 - POSIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

	31/12/2024	31/12/2023
Grupos em Andamento	28	30
Número de Participantes		
Ativos	3.716	3.787
Excluídos	1.700	3.774
Bens Entregues	2.175	2.586
Bens Pendentes de Entrega	230	221
Taxa de Inadimplência		
Contemplados	15,04%	13,92%
Não Contemplados	8,93%	10,54%

NOTA 14 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A taxa média de administração praticada no 2º semestre de 2024 para os grupos de consórcios foi de acordo com os seguintes percentuais:

	31/12/2024	31/12/2023
Automóveis	14,71%	14,88%
Motocicletas	18,00%	18,00%
Imóveis	19,98%	19,98%
Bens Móveis	15,52%	15,68%

NOTA 15 - CONTINGÊNCIAS

Cíveis

A Instituição não possui ações de devoluções de parcelas pagas, de quitação de dívida via seguro e danos morais impetradas por consorciados, classificadas pelo assessor jurídico como probabilidade de perda provável ou possível.

NOTA 16 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. A Empresa possui exposição para os seguintes riscos:

Riscos de taxas de câmbio

A Empresa não está exposta ao risco de taxa de câmbio.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Empresa possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Empresa incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que a Empresa está sujeito. A Administração mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Empresa.

Ativos financeiros	31/12/2024	31/12/2023
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	2.200.946	4.762.520
Caixa e equivalentes de caixa	2.200.946	4.762.520
Mensurado ao custo amortizado	3.860.203	796.875
Pagamentos a Ressarcir	3.825.917	762.837
Outros Créditos	34.286	34.038
Total dos ativos financeiros	6.061.149	5.559.395
Passivos financeiros	31/12/2024	31/12/2023
Mensurado ao custo amortizado	1.459.816	1.491.956
Provisões para Pagamentos a Efetuar	1.459.816	1.491.956
Total dos passivos financeiros	1.459.816	1.491.956

NOTA 17 - EVENTO SUBSEQUENTE

Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024.

NOTA 18 – MANUAL DE CONTROLE INTERNO

Na data base de 31 de dezembro de 2024, a empresa disponibiliza o manual de controles internos, cuja divulgação já foi realizada junto às lideranças e disponibilizado a todos os colaboradores.

NOTA 19 – OUIDORIA

A Ouvidoria dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio de sistema de processamento de dados específico, tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação atendendo a todos os consorciados registrados em seus controles, em todos os pontos de vendas e representações que a empresa possui.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações financeiras da **Menegalli Administradora de Consórcios Ltda.** (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a demonstração consolidadas dos recursos de consórcio levantada em 31 de dezembro de 2024 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Menegalli Administradora de Consórcios Ltda.**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2024 e as variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findos nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa nº 3.1 – (item b), a Administradora não procedeu com a adoção completa às práticas contábeis, relacionadas a Resolução BCB nº 120, que trata do CPC 47 – Receita de contrato com cliente, por não possuir condições seguras no seu sistema informatizado para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação das receitas antecipadas e despesas antecipadas. Consequentemente, pela ausência de um sistema de software adequado às alterações, não foi possível determinar a existência de eventuais efeitos relevantes nos saldos do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 que possam ter afetado ativos e passivos circulantes e o resultado do exercício, bem como as correspondentes demonstração do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Estas alterações não abrangem as demonstrações de recurso de consórcios e disponibilidade de grupos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023 apresentadas comparativamente foram anteriormente por nós examinadas, de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do parecer em 20 de março de 2024 sem ressalva. E com relação as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2024 apresentadas comparativamente foram anteriormente por nós examinadas, de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do parecer em 02 de agosto de 2024 sem ressalva.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Local e Data

Araranguá/SC 18/03/2025